



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**TRANSIÇÃO DO BRASIL IMPERIAL PARA O REPUBLICANO: 1870  
- 1900: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA**

TALISON DE ARRUDA SILVA

**RECIFE**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

TALISON DE ARRUDA SILVA

**TRANSIÇÃO DO BRASIL IMPERIAL PARA O REPUBLICANO: 1870  
- 1900: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

**Orientador: Prof. Dr. Rômulo Luiz do Nascimento Xavier**

**RECIFE**

**2024**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Talison Arruda .

Transição do Brasil Imperial para o Republicano: 1870-1900: Uma discussão historiográfica / Talison Arruda Silva. - Recife, 2024.

30p

Orientador(a): Rômulo Luiz Nascimento Xavier

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2024.

10.

1. Movimento Intelectual. 2. Cidadania. 3. Segundo Reinado. 4. República.  
I. Nascimento Xavier, Rômulo Luiz. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

TALISON DE ARRUDA SILVA

**TRANSIÇÃO DO BRASIL IMPERIAL PARA O REPUBLICANO: 1870  
- 1900: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Trabalho aprovado em: 09/08/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr Rômulo Luiz Xavier do Nascimento  
Universidade Federal de Pernambuco

---

(Orientador)

Ciema Silva de Mello  
Doutora em Antropologia - Universidade Federal de Pernambuco

---

(Banca examinadora)

Prof Me João Henrique Pereira dos Santos

---

(Banca examinadora)

## **AGRADECIMENTOS**

Muito embora a redação de um Trabalho de Conclusão de Curso seja uma responsabilidade individual, esse trabalho é fruto da minha existência em relação com muitos outros. Concordo com as palavras do grande poeta e religioso inglês John Donne, de que “Nenhum homem é uma ilha.” Em primeiro lugar, sou grato a Deus por ter chegado até aqui. Manifesto também minha profunda gratidão aos meus poucos, mas bons amigos. Cada um de vocês sabem do valor central que tem na minha vida. Sou grato também a Ciema Mello, grande antropóloga e amiga, pela paciência, tempo, carinho e amizade. Sem você, esse trabalho não teria sido possível. Agradeço ao meu companheiro, por provocar em mim um dos melhores sentimentos que um ser humano pode experimentar na vida - o Amor. Agradeço ao meu orientador, Professor Dr Rômulo Xavier, pela disponibilidade e por confiar no meu potencial. Agradeço também a Universidade Federal de Pernambuco, por ter me proporcionado um dos meus maiores desejos: o de cursar História. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus dois professores de História do Ensino Fundamental e Médio, respectivamente Armando Gonçalves e Heronildes Tavares. Vocês são, no melhor sentido de um conceito tão contemporâneo, os meus maiores influenciadores para seguir, como diria Marc Bloch, o ofício do historiador. Muito obrigado, do fundo do meu coração, a todos vocês.

*“Nada se assemelha mais a um Saquarema do  
que um Luzia no Poder”.*

Antônio Francisco de Paula Holanda  
Cavalcanti de Albuquerque (1797- 1863).

Será?

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo empreender uma discussão historiográfica a respeito de um dos momentos mais importantes da História política brasileira - A transição do Segundo Reinado para a República. Estabelecemos como recorte temporal de análise as duas últimas décadas do Segundo Reinado e os anos iniciais da República (1870-1900). Centramos atenção no conjunto de fatores que levam a derrocada do Império, especialmente a atuação do movimento intelectual da geração 1870 e a determinadas questões que quase não se alteram com o advento do regime republicano, como por exemplo toda a discussão em torno da cidadania. Como aporte teórico, focamos sobretudo, mas não unicamente, nos trabalhos da socióloga Angela Alonso, intitulado *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império* e o do historiador José Murilo de Carvalho em seu livro *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*.

**Palavras - chave:** Movimento intelectual, Cidadania, Segundo Reinado, República.

## ABSTRACT

The present work aims to undertake a historiographical discussion regarding one of the most important moments in Brazilian political history - The transition from the Second Reign to the Republic. We established as a time frame for analysis the last two decades of the Second Reign and the initial years of the Republic. (1870-1900) We focus attention on the set of factors that led to the collapse of the Empire, especially the performance of the intellectual movement of the 1870 generation and certain issues that hardly changed with the advent of the republican regime, such as the entire discussion surrounding citizenship. As a theoretical contribution, we focus mainly, but not exclusively, on the works of sociologist Angela Alonso, entitled *Ideas in Movement: the 1870 generation in the crisis of Brazil Empire* and that of historian José Murilo de Carvalho in his book *Os bestializados: O Rio de Janeiro e the Republic that was not*.

**Keywords:** Intellectual movement, Citizenship, Second Reign, Republic.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 IDEIAS EM MOVIMENTO - ANGELA ALONSO.....</b>	<b>10</b>
<b>3 OS BESTIALIZADOS - JOSÉ MURILO DE CARVALHO .....</b>	<b>18</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>28</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>30</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A principal matéria-prima da História, sem sombra de dúvidas, é o tempo. Refletindo sobre a História do Brasil num determinado estrato do tempo, mais particularmente no final do século XIX, é fato que aos 15 de Novembro de 1889 o Brasil deixou de ser uma Monarquia, tornando - se assim uma República. No entanto, sabemos que os períodos de transição, em História, são bem mais complexos que uma determinada data. As datas marcam sobretudo um acontecimento, representam uma nova ordem, uma mudança. Mudança essa, por vezes, repleta de permanências. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em realizar uma discussão historiográfica desse período de transição em específico, isto é, a passagem do Império para a República, no Brasil. Para tal, buscamos discutir as seguintes questões: O que, sobretudo, mas não unicamente, os historiadores do século XX, escreveram sobre os anos finais do Império e o começo da República? Por quais motivos o Império, no Brasil, ruiu? Quando surgem, efetivamente, os ideários republicanos? A proclamação da República foi um acidente de percurso na História do Brasil?

Entendemos que essas são questões complexas. Logo, operar uma discussão historiográfica deste período torna-se extremamente necessário. O recorte temporal da discussão historiográfica vai dos anos 1870 a 1900. Para a referida discussão, trabalharemos sobretudo, mas não unicamente, com a socióloga Angela Alonso, mais particularmente seu livro *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*, e com o historiador José Murilo de Carvalho. Com José Murilo, seu livro *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Temos consciência que a discussão não se encerra aqui, com esses autores. No entanto, julgamos que os trabalhos desses intelectuais são a espinha dorsal para a discussão aqui proposta.

## 2. ANGELA ALONSO - IDEIAS EM MOVIMENTO: A GERAÇÃO 1870 NA CRISE DO BRASIL IMPÉRIO

Alguns acontecimentos históricos não podem ser tomados como produtos do acaso. Muito menos como algo destinado a acontecer. É sabido que a História não é linear. Quando paramos para pensar de forma mais profunda, analítica, em determinados eventos históricos, compreendemos suas complexidades. Durante muito tempo, o Brasil foi uma Colônia de Portugal, depois tornou-se independente, sob a forma monárquica, e desde o final do século XIX, ao menos em tese, é uma República. Pouco tempo, muitas transformações. Mas, como já dito, as coisas não são tão simples. Como tudo isso aconteceu? Sendo já um país independente, por que, num espaço de exatamente 67 anos, o Brasil deixa de ser uma monarquia para se tornar uma república?

A partir dessas questões, começamos a compreender a complexidade da História. Da História brasileira, em particular. Um dos principais eventos históricos do Brasil, o Período Regencial, pode ser interpretado como um momento particularmente conturbado da História brasileira. Se compararmos esse período com o Segundo Reinado, vemos que conturbações abrem terreno para a “ordem” sob a alcunha de Pedro II. No entanto, precisamos ir mais fundo. Não nos cabe interpretar a História do Brasil em termos tão usuais, desconsiderando a própria complexidade da História, em si. Uma leitura mais atenta desse momento histórico deve levar em consideração algo extremamente importante: as consequências da abdicação de Pedro I. Sua abdicação gera uma crise. E as crises são, também, oportunidades. Sobretudo para novos agentes. O mote desse trabalho não é dar conta de toda a História do Brasil. Esta seria uma tarefa quase impossível, dado um conjunto de contingências. Entretanto, compreendemos que esse preâmbulo foi necessário para chegarmos exatamente aonde queremos: o estudo das últimas três décadas do Segundo Reinado, até a proclamação e a primeira década da República.

Para empreender tal tarefa, o livro da socióloga Ângela Alonso, intitulado *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*, será de fundamental importância. O que ficará explícito, ao longo deste artigo, é justamente a questão que foi colocada de início: a complexidade. A complexidade da História. Dos eventos históricos. Em particular, a complexidade histórica que marcou parte do Segundo Reinado. Os motivos de sua derrocada e a consequente Proclamação da República.

Na concepção de Alonso, a conformação do Segundo Reinado, no Brasil do Séc. XIX, partiu de “três núcleos significativos: O indianismo romântico, o liberalismo estamental e o catolicismo hierárquico”. Questões importantes, como a abolição da escravidão, foram postergadas. Já de início, é possível perceber uma contradição: liberalismo estamental. A respeito desse paradoxo, nos explica Alonso:

O matiz de liberalismo que informou o processo de formação do Estado nacional obedecera sobretudo a motivações econômicas: promovera a superação do estatuto colonial no âmbito jurídico - político ao mesmo tempo em que se interiorizava seu substrato material, social e moral. Ficavam mantidos o escravismo, a monarquia e a própria dominação senhorial. A Independência brasileira foi, assim, uma mudança dentro da ordem (Fernandes, 1975:57). Não universalizou uma cidadania brasileira, nem destruiu a hierarquia social da Colônia. Como “revolução” de elites, preservava os privilégios políticos e econômicos da camada senhorial e restringia a seus membros o perímetro de vigência das normas legais. Do ponto de vista político, a cidadania plena foi criada não como direito individual, mas como prerrogativa de um grupo circunscrito, os “estamentos dominantes e intermediários” que eram os senhores de terra e de escravos. Nascera ali “uma sociedade civil ultra - seletiva (Fernandes Apud Alonso, 2002, p.59)

Logo, o Segundo Reinado herda uma série de problemas que datam do período colonial, e que não foram resolvidos a partir da Independência. Seria um erro histórico atribuir a culpa da cidadania limitada apenas e unicamente ao segundo período imperial brasileiro. Entretanto, as contradições continuam na vigência dele. No liberalismo clássico, todos são iguais perante a lei. Já no liberalismo estamental, nem todos são iguais perante à lei.

Com o passar do tempo, a legitimidade das instituições imperiais, do próprio Império, começou a ser colocada em xeque. O Brasil dos anos 1870 não era exatamente o mesmo de 1840. Ao longo de grande parte do Segundo Reinado, dois eram os partidos que dominavam a cena política: O Conservador e o Liberal. Em seu livro *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, o historiador João Camilo de Oliveira Torres nos apresenta uma definição de cada um desses partidos. No que diz respeito ao partido conservador, diz João Camilo:

Numa tentativa de definição poderemos dizer que o Partido Conservador lutava pela unidade nacional e considerava como instrumento adequado o conjunto de instituições consubstanciadas na Constituição de 25 de março de 1824. Os conservadores admitiam que o sistema político vigente no Brasil, sobre ser legítimo, era útil e vantajoso para o fim supremo: a unidade nacional fundada sobre a democracia liberal. (Torres, 2017, p.9)

Embora o grande foco do livro de João Camilo seja justamente a atuação do Partido Conservador, ele também traz informações relevantes sobre o Partido Liberal. Diz Camilo: *“Os Liberais queriam que as práticas inglesas se adaptassem ao Brasil, e não só eles como também os conselheiros queriam estar em dia com a Inglaterra”*. (Torres, 1968, p. 33). A partir dos anos 1870, grande parte do Partido Liberal e uma parte menor do Conservador começaram a perceber a necessidade de reformas. Tanto reformas no campo político quanto no econômico. Um dos principais reformadores foi o Visconde do Rio Branco. Conservador moderado, durante o seu mandato foi aprovada uma lei extremamente importante: a Lei do Ventre Livre. A aprovação dessa lei também ilustra o momento de crise pelo qual vinha passando o Brasil Império. Nesse sentido, diz Alonso:

Rio branco afrontou o parlamento e fez aprovar a fôrceps e com rapidez surpreendente a primeira medida antiescravista desde o fim do tráfico, o pior dos ataques ao status quo imperial. O efeito político do trauma de 28 de setembro de 1871 foi solidificar o racha de ambos os partidos. A cisão intra - elite exibiu a vulnerabilidade das instituições, transformou em objeto de debate político os pilares da sociedade imperial. A aprovação do Ventre Livre obrigou a redefinição das alternativas políticas daí por diante. Como resumiu um liberal radical: “a recente lei abolicionista lançou - nos no meio do tufão (...) O governo sinceramente parlamentar ou república, eis o dilema imposto” (Alonso, 2002,p.83).

O regime republicano de governo começa a ser aventado como uma possibilidade. Mas, ainda, algo incipiente. Serão necessárias muitas outras questões, para que a República deixe de ser uma possibilidade para tornar-se realidade. O tema da reforma, ou das reformas, era uma pauta extremamente sensível para os dois partidos. Toda mudança era objetificada por parte dos conservadores como “revolucionária”. Esse posicionamento não era tão distinto do Partido Liberal. Embora conhecido por pregar reformas, algumas eram mais prioritárias para os liberais que outras. A aprovação de uma lei abolicionista irritou parte do partido liberal. Para os liberais, eram necessárias primeiro as reformas de cunho político, que desmontassem parte da dominação saquarema.<sup>1</sup> O homem responsável pela lei do Ventre Livre e um conjunto de outras importantes reformas empreendidas no Segundo Reinado foi José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como Barão do Rio Branco. O gabinete reformista de Rio Branco esteve em funções de 1871 a 1875. Logo, o Visconde teve a proeza de desagradar parte dos seus correligionários, e também os liberais.

Um evento histórico extremamente significativo, mais particularmente na História da América Latina, e que contribuiu significativamente para a crise de legitimidade do

---

<sup>1</sup> Os conservadores também eram conhecidos como Saquaremas

Brasil Império, foi a Guerra do Paraguai. É sabido que esta guerra foi um dos conflitos mais sangrentos da América Latina. Com a vitória na guerra, a instituição Exército ganha peso e voz no Império. No que tange ao Exército, diz Alonso: “*A vitória na guerra contra o Paraguai dignificou o exército, dando-lhe uma inédita feição de corporação*”. (Alonso, 2002, p.91). Nesse sentido, o Exército também passa a questionar o status quo imperial, reivindicando direitos. Assim, no final dos anos 1870, a legitimidade do Império começa a ser questionada. Alonso nomeia esse momento histórico como uma nova “*estrutura de oportunidades políticas*”. Nesse particular, a desordem, não no sentido de caos, mas de crítica, começa a se fazer ouvir no Império.

Até o presente momento, é perceptível a importância da discussão realizada no livro objeto deste artigo. *Ideias em Movimento* traz uma discussão pertinente a respeito do Segundo Reinado. O principal objeto de estudo da socióloga Ângela Alonso, neste trabalho, é a atuação de um movimento: o movimento intelectual da geração 1870. O grande erro na interpretação desse movimento, precedentes a sua, na sua opinião, foi o de estudar o movimento intelectual como um bloco monolítico. Um outro erro, comum a outros estudiosos do movimento, foi isolá-los apenas como intelectuais. No entendimento de Alonso, não é possível dissociar os intelectuais de suas práticas políticas. Muitos intelectuais da geração 1870 exerceram atividades políticas, e em paralelo, alimentados por um amplo repertório, sobretudo, mas não unicamente, europeu, erigiram discussões no tocante à situação política brasileira de então. Assim, esses intelectuais não devem ser analisados de forma isolada, dissociada da questão política. Alguns deles eram políticos. Como ponto de partida, diz Alonso: “*Havia uma enorme diversidade de origem social no interior do movimento intelectual, com membros seus originários tanto das áreas de agricultura nova quanto antiga, tanto do Sul quanto do Norte*” (Alonso, 2002, p.98). Quanto ao perfil desses intelectuais – políticos, continua a autora: “*Empiricamente, os membros do movimento da geração 1870 não têm perfil homogêneo; não se prestam a operação de reduzi-los a uma única posição social*” (Alonso, 2002, p.99). Em sendo de lugares e posições tão distintas, quais os fatores que uniam esses homens? De início, por estarem, uns mais outros menos, alijados de posições de poder e privilégio. Do “Norte”, temos por exemplo Joaquim Nabuco. Do sul, mais ligados à economia do café, temos Alberto Sales e Pereira Barreto.

Como já dito, embora o movimento intelectual da geração 1870 tivesse contornos de ação realmente coletivos, dentro desse movimento havia segmentos específicos, que não concordavam em tudo. O primeiro grupo a se manifestar em favor da República foram os

Liberais Republicanos. Este grupo, por ser o primeiro a contestar a ordem imperial, apresenta contradições por excelência. Criticavam o regime, mas também negociavam com ele. Vide que não havia uma outra forma possível, ao menos no momento, de uma ação mais efetiva de contestação ao *status quo*. Um dos principais nomes, representante dos Liberais Republicanos, foi Saldanha Marinho. Sobre Marinho, diz Alonso:

O vínculo do grupo com o mundo partidário e com a sociedade de corte foi Saldanha Marinho, liberal em radicalização. Arregimentador do grupo e figura incendiária da questão religiosa, batendo - se várias vezes contra membros da Igreja, escrevera já diversos artigos e panfletos de combate à dominação saquarema. Foi sob sua proteção que ingressaram na vida pública os autores do Manifesto Republicano de 1870, Quintino Bocaiuva e Salvador de Mendonça (Alonso, 2002, p. 106)

Ainda sobre Saldanha, continua Alonso: *“Saldanha Marinho, por exemplo, permaneceu senador até a queda do regime. Assim, se reclamavam da marginalização política, não se viram inteiramente alijados da lógica estamental de distribuição de empregos e benesses”* (Alonso, 2002, p.110). Nesse sentido, ele representa exatamente os limites de contestação e a ambivalência que marcou tal grupo.

Um outro grupo importante, dentro do movimento intelectual, foram os Novos Liberais. Seu principal ímpeto de contestação à ordem imperial residia na dificuldade em ascender a postos de prestígio, dado a dominação saquarema. No entanto, como eram vinculados às famílias tradicionais do Império, e estavam ligados ao Partido Liberal, alguns deles não ficaram inteiramente alijados de postos de poder e prestígio. É o caso, por exemplo, do pernambucano Joaquim Nabuco, do baiano Rodolfo Dantas e do também baiano André Rebouças. Entretanto, eles eram exceção, e não a regra. Também são imbuídos, assim, de contradições. O retorno dos liberais ao poder, em 1878, representou uma oportunidade para esse grupo. No entanto, nos diz Alonso:

O Partido Liberal que subiu ao poder em 1878 não se parecia muito com os novos liberais. Afora as lideranças mortas, o ímpeto reformador vinha muito esmaecido com Sinimbu, que propôs a imigração chinesa como solução para a escravidão. A atividade no Parlamento deixou claro aos novos liberais o peso conservador das instituições, a inércia do Império e mesmo as vacilações de seu próprio partido. O temor das rebeliões, como as regenciais, não estava aceso na cabeça de jovens como Joaquim Nabuco, como estivera na de seu pai, repressor da rebelião pernambucana de 1842. Os novos liberais não viam razão em sustentar as bases do regime que consolidara o domínio conservador, mas concordavam com o diagnóstico de Rio Branco. (Alonso, 2002, p. 116).

Alonso esclarece, por fim, o diagnóstico de Rio Branco: “*A questão fundamental era a modernização econômica, de modo que a reforma urgente não era a do sistema eleitoral, mas a superação da escravidão e do regime econômico que ela sustentava*” (Alonso, 2002, p.116). A ordem imperial, sobretudo em suas últimas três décadas, encontrava-se numa situação de crise. Uma mudança, digamos assim, dentro da ordem. Não havia até o presente momento, quaisquer lampejos de uma revolução para a derrubada do regime monárquico.

A centralização político-administrativa do Império como um todo, sempre gerou descontentes. Não foi, assim, estranho, quando o Segundo Reinado começou a ser alvo de contestações. Uma grande diferença das contestações ao *status quo* imperial no Segundo Reinado, em comparação com formas precedentes, residiu sobretudo na própria diferença entre os contestadores. Assim, operar com a noção de federalismo, como contraponto ao centralismo monárquico, foi a forma encontrada entre os grupos paulistas e gaúchos. Não era de bom grado a essas duas províncias o gerenciamento centralizado do Império. Paulistas e Gaúchos não se sentiam representados pelos partidos imperiais. Operando com um conceito empregado por Alonso, tanto paulistas quanto gaúchos encontravam-se em uma situação de marginalização política. Paulistas, gaúchos e crítica ao Império. Tudo isso pode soar muito pueril. Carente de uma complexidade. Como assim, crítica ao status quo imperial? Não seria mais sólido pensar em como essas críticas à ordem política foram elaboradas? Quais os referenciais mobilizados para a referida crítica? Quais os principais atores históricos envolvidos nesse processo? Trabalhando de início com paulistas e gaúchos, os principais intelectuais - políticos desse período, que conjugaram a crítica ao *status quo* imperial, são Alberto Sales, Júlio de Castilhos e Assis Brasil. Eles foram os principais responsáveis por pensar os interesses de paulistas e gaúchos. Foram também muito influenciados pelo positivismo.

Cada um dos grupos contestadores da ordem política imperial tem seus elementos de crítica ao regime. Alguns desses grupos estavam mais bem situados na ordem política enquanto outros encontram-se de fora. Essa variabilidade será motivo de maior ou menor ataque à monarquia. O que une cada um dos grupos da geração 1870 é a percepção de marginalização política. Uns mais, outros menos. Todos os membros dessa geração concordavam que o Segundo Reinado se encontrava em um momento de crise. E as crises também significam oportunidades. A oportunidade máxima, aqui, seria a queda e substituição do Regime para uma República Federativa. Ou seja, o Brasil, em meados do século XIX, prepara terreno para uma nova mudança política. O Brasil, assim, embora um

país jovem, em comparação com outras nações ao redor do mundo, passou por algumas metamorfoses, em períodos relativamente curtos. Num espaço de pouco mais de 300 anos, o Brasil foi de Colônia à Reino Unido, de Império a República: três grandes mudanças históricas. Num espaço menor que 100 anos, o Brasil passou de Monarquia a República. Mas não passou por passar. O Brasil não estava destinado a tornar-se uma República. Nem uma monarquia. Daí reside justamente a importância da História. De compreender historicamente esses processos de transição. No caso presente, a queda do regime imperial e a proclamação da República. Longe apenas de concordar ou discordar, a História dá ferramentas para a análise dos processos. Das escolhas políticas, disputas, enfrentamentos e ataques, operados pelos referidos atores históricos de cada período.

Na esteira do movimento intelectual da geração 1870, um outro grupo de contestação à ordem imperial foram os Liberais Republicanos. Um dos principais textos produzidos por eles foi o Manifesto Republicano. Dois de seus principais expoentes são Quintino Bocaiuva e Salvador de Mendonça. Os Liberais Republicanos circulam a conjuntura que estavam inseridos como um período de crise, crise essa fruto de escolhas políticas do passado. Embora não esteja no seio do seu programa de reformas uma revolução, criticam a monarquia. A monarquia não teria sido fruto de demanda popular. Assim, o processo de independência não teria rompido totalmente com as formas de mando precedentes à ela. Defendem abertamente a República Federativa como forma de governo. Também são influenciados pelas ideias positivistas, de modo que uma substituição brusca do regime monárquico está fora de questão. Nesse sentido, flertam com alguns elementos da tradição imperial. O principal exemplo disso consistia na recusa ao fim da escravidão. Seu fim *“significaria uma grande revolução”* (Alonso, 2002, p.184). Na interpretação desses e outros grupos da geração 1870, é preciso levar em consideração, sobretudo, mas não unicamente, o período histórico ao qual esses homens estão inseridos, quais seus arcabouços teóricos de crítica a ordem imperial, e o quanto alguns queriam de fato um rompimento com o regime, enquanto outros acreditavam sobretudo em reformas. Logo, o principal eixo de crítica dos Liberais Republicanos consistia no modo político de como o regime era estruturado. São profundamente críticos, assim, às bases saquaremas do Império.

Essa lógica de crítica à ordem imperial muda de chave com um outro grupo, os Novos Liberais. A respeito desse grupo, diz Alonso: *“Ao contrário dos liberais republicanos, o fator explicativo central é econômico”* (Alonso, 2002, p.194). No entendimento dos novos liberais, o legado colonial é, por si só, ambivalente.

Economicamente falando, um dos aspectos da reforma proposta por eles seria passar da grande propriedade monocultora e do escravismo para o trabalho livre e a pequena propriedade. Há aqui um claro flerte com os Estados Unidos. Como ambivalente, a colonização teria legado também um aspecto positivo: a forma monárquica de governo. Aqui, os novos liberais vão de desencontro aos liberais republicanos. E isso acentua suas diferenças no seio do movimento intelectual da geração 1870. O principal expoente dos novos liberais foi o pernambucano Joaquim Nabuco. Nabuco foi uma das principais vozes contrárias a escravidão. Assim, um dos principais pontos de diferenciação dos novos liberais, em comparação com os liberais republicanos, consiste justamente na abolição da escravidão. Não apenas abolição pura e simples, mas a extensão da cidadania a ex-escravos. Escravizados não são coisas, mercadorias, mas sim indivíduos. Não há espaço, na modernidade, para a manutenção da escravidão. (Alonso, 2002, p. 202).

O terceiro grupo, dentro do movimento intelectual da geração 1870, de contestação à ordem imperial, foram os Positivistas Abolicionistas. Essa titulação identitária já pode, de início, comunicar os ideais desse grupo. Primeiro: porque encontraram no positivismo uma forma sólida de operar críticas ao Império. Abolicionistas, porque a questão da escravidão era central. Um dos principais representantes dessa corrente foi Miguel Lemos. Conforme Alonso, Lemos “*aventava mesmo uma espécie de indenização invertida a que os proprietários de escravos reclamavam no Brasil*” (Alonso, 2002, p.211). Portanto, os positivistas abolicionistas não concordavam com a mera abolição.

Um outro aspecto, demasiado importante, mas não menos problemático, consiste na interpretação do Brasil operada pelos positivistas abolicionistas. De acordo com Alonso: “*A miscigenação racial era valorizada pelos positivistas abolicionistas como móvel de construção do povo brasileiro. Situavam africanos e indígenas como elementos subordinados, mas essenciais na construção da nação*” (Alonso, 2002, p.219). O tema da miscigenação continua sendo alvo de intensos debates. O que realmente chama a atenção, aqui, em primeiro plano, é o de circular o lugar do africano, na construção do Brasil, e entender que a condição a qual eles se encontram não era mais crível. Os escravos não deveriam apenas ser emancipados, embora isso seja de fundamental importância. Só a incorporação deles à sociedade pode, de fato, enterrar o perverso legado da colonização portuguesa. Por último, mas não menos importante, temos os Federalistas Científicos paulistas e gaúchos. O mote desse grupo é a República. Um dos principais atores desse grupo foi o paulista Alberto Sales. Alguns elementos constitutivos desse grupo o colocam em posição de diferenciação, em comparação com os outros grupos da geração 1870,

tratados anteriormente. O primeiro ponto de diferenciação dos federalistas diz respeito à própria formação do Brasil. Nesse particular, nos informa Alonso:

A formação do Brasil é desmembrada em dois processos independentes: a construção do Estado e a formação da nação. Este é um deslocamento importante em relação à tradição imperial. Separando o povo e a monarquia, Sales retirava a sustentação das duas justificativas - chaves da elite imperial para seu regime político: o Estado centralizado como condição da ordem e a forma monárquica como indissociável lógica e historicamente da formação da sociedade nacional (Alonso, 2002, p.231).

O processo de separação povo-monarquia é tomado como argumento para criticar a monarquia. O argumento de Alberto Sales consistia em tomar a monarquia não como anseio da vontade popular, mas uma decisão intra elite. O que nos conecta ao segundo ponto. Assim como os outros grupos contestadores, os federalistas operavam com a noção de crise. Não apenas crise, mas decadência. E essa decadência tem autoria. São as “*decisões políticas tomadas pela elite imperial a contrapelo da identidade nacional e da marcha da civilização*” (Alonso, 2002, p.231). Assim, urge substituir a monarquia pela república federal.

### **3. JOSÉ MURILO DE CARVALHO - OS BESTIALIZADOS: O RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA QUE NÃO FOI**

Após nos concentrarmos demoradamente nas últimas décadas do Segundo Reinado, o mote de análise nesse segundo tópico consistirá nos anos iniciais da República. Preza-se que as lentes de análise de um trabalho historiográfico seja sobretudo a análise dos fatos. Nosso foco, assim, é o de nos determos nesse momento de transição Império - República. Para o auxílio nessa empreitada, contamos com o suporte do livro *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*, de autoria do historiador José Murilo de Carvalho. Logo em seu primeiro capítulo, Carvalho concentra sua atenção na capital da República à época, o Rio de Janeiro. O Rio foi profundamente afetado com a mudança do regime. É sobretudo na República que se faz notar as consequências da abolição. Nesse particular, diz Carvalho: “*A abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados*” (Carvalho, 2019, p. 16). O novo regime conjugava dois momentos particularmente importantes. O primeiro, no entendimento de Carvalho, é uma certa euforia de muitos grupos, aliados do poder

imperial. Entre esses grupos, estavam também os mais socialmente excluídos. No segundo momento, a República não caminhou no sentido de um programa popular. Nesse sentido, esclarece José Murilo:

Mas há um ponto que é preciso salientar. O fato de a República ter favorecido o grande jogo da bolsa e perseguido capoeiras e o pequeno jogo dos bicheiros sugere uma recepção diferente do novo regime por parte do que poderia ser chamado de proletariado da capital. A euforia inicial, a sensação de que se abriam caminhos novos de participação parecem não ter atingido esse setor da população (Carvalho, 2019, p. 28).

A nova ordem republicana tinha outras preocupações no seu horizonte. Uma delas era mesmo a governabilidade do País. A forma encontrada é a conhecida Política dos Governadores, arranjo político instrumentalizado pelo presidente Campos Sales. Esse processo de descentralização do poder entre Estados e o Governo Federal culminou, aponta Carvalho, numa redução e domesticação das agitações políticas que tomavam conta da capital. Foi uma forma de passar ao largo das demandas dos fluminenses. Sendo assim, os anos iniciais da República foram frustrantes para determinados setores da sociedade. Setores distintos, inclusive, tais como intelectuais e operários. No que diz respeito a essa frustração, diz Carvalho:

Desapontaram - se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram - se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. Todos esses grupos tiveram de aprender novas formas de inserção no sistema, mais fáceis para alguns, mais difíceis para outros. (Carvalho, 2019, p.35).

Assim, longe de representar uma mudança profundamente legitimada por um amplo espectro da população, o novo regime também produziu descontentes. O descontentamento com o novo regime, para além do mero frustrar expectativas de determinados grupos, pode ser pensado também de forma retroativa, sobretudo no que tange à própria proclamação. O proclamar da República brasileira, a 15 de novembro de 1889, continua suscitando discussões. Há os que consideram esse momento da História brasileira como um golpe. Tomando esta via de interpretação, o novo regime já carecia, para quem toma esse mote de interpretação, de legitimidade. No entanto, o tema da legitimidade não é exatamente uma novidade. Como vimos anteriormente, esse foi um dos motivos pelos quais o movimento intelectual da geração 1870, uns mais outros menos, colocaram em xeque o regime

anterior. Não nos cabe aqui tomar um lado dessa discussão como puramente verdadeiro, tachando o outro como falso. O que nos interessa não é a determinação, mas a complexidade. No caso específico, entender de maneira mais elaborada a proclamação da República brasileira. Estudar períodos de transição ganha um sentido maior quando paramos para analisar que determinadas questões perpassam períodos históricos. Da abolição até o advento da República, por exemplo, há pouco mais de um ano.

Historicamente falando, é pouco tempo para uma análise sólida desses dois acontecimentos que são parte da História Brasileira. Notamos que os momentos de transição implicam mudanças, mas também permanências. Da Independência até o fim do Segundo Reinado, além da escravidão perpassar esses períodos, sem resolução, um outro tema se coloca, que é a cidadania. Do que exatamente estamos falando, quando o tema da cidadania é colocado como questão histórica, mais particularmente no Brasil de meados para o fim do século XIX?

José Murilo de Carvalho, em seu livro supracitado, pensa a instrumentalização da cidadania na República brasileira, elaborada a partir de noções restritivas. Assim, determinados conceitos ganham relevância dentro dessa discussão, tais como: Direitos civis e políticos, cidadãos ativos e inativos. Ainda no bojo dessa gama de conceitos, Carvalho chama atenção para “uma distinção entre sociedade civil e sociedade política” (Carvalho, 2019, p.42). Nessa concepção de sociedade, restritiva, quase estamental, os direitos políticos, por exemplo, ficavam reservados à sociedade política. Não temos, assim, uma ampliação plena da cidadania ao grosso dos cidadãos. Logo, a construção da cidadania no Brasil Republicano é um processo incompleto, falho, restritivo e quase estamental. No entanto, esta noção de cidadania não era fruto do acaso. Encontrava respaldo no positivismo. No que diz respeito a essa relação, diz Carvalho:

A noção positivista de cidadania não incluía os direitos políticos, assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa. Admitia apenas os direitos civis e sociais. Entre os últimos, solicitava a educação primária e a proteção à família e ao trabalhador, ambas obrigação do Estado. Como vetava a ação política, tanto revolucionária quanto parlamentar, resultava em que os direitos sociais não poderiam ser conquistados pela pressão dos interessados, mas deveriam ser concedidos paternalisticamente pelos governantes. (Carvalho, 2019, p. 51)

Assim, não estava no horizonte dos atores políticos do novo regime a ampliação da cidadania. Uma das particularidades do novo regime consistia em não definir-se a si próprios como revolucionários. Com isso, não se está a desconsiderar a heterogeneidade do movimento, incluindo-se aqui os radicais. No entanto, os radicais eram minoria. O lema da

bandeira republicana “*O amor por princípio e a Ordem por base; O progresso por fim*”, exemplifica o mote de atuação dos dirigentes do novo regime.

Uma outra tônica comum do regime republicano, nas palavras de Carvalho, era “*O foco excessivo nas ideias de Nação e Pátria*” (Carvalho, 2019, p.57). A República, assim, operando com conceitos e influência do positivismo, buscava mascarar muitos dos seus problemas. Um deles reside na noção de Cidadãos Inativos. A priori, o que significa esse termo? Cidadãos que não são ativos. Mas, não são ativos em que sentido? Pensar a ideia de cidadãos inativos já constitui de início um problema, pois como vimos anteriormente, o novo regime operava com noções restritivas à cidadania.

Ainda nessa linha de raciocínio, implica pensar então que o Brasil republicano tinha diferentes modalidades de cidadãos? De uma certa forma, sim. Mas, quem de fato tinha consciência de ser cidadão? O que significava ser cidadão nos anos iniciais da República brasileira? São muitos os questionamentos que se colocam, no estudo do momento histórico aqui analisado. Para além dessa primeira tentativa de significância da noção de cidadãos inativos, realçamos uma vez mais nosso recorte espaço temporal neste tópico: O Rio de Janeiro nos anos iniciais da República.

Os cidadãos inativos podem ser compreendidos também como o povo. Essa inatividade do povo é ambivalente. De um lado, é preciso entender que um dos mecanismos de participação popular em uma democracia é o voto. No caso da República brasileira, os atores políticos da época conservaram uma série de restrições à participação efetiva do povo nos rumos da política. Entretanto, isso não significa uma total alienação do povo. Há aqui que se considerar um aspecto importante: a anatomia do novo regime. É possível inferir que a própria inatividade política era uma forma de atividade. Pode soar paradoxal, mas tem um certo sentido. A própria República é paradoxal. Ao passo que estabelece uma lei de naturalização a cidadãos estrangeiros, em 1890, exclui do direito ao voto menores de 21 anos, mulheres e analfabetos. Assim, inclui por um lado, exclui do outro. Logo, os poucos que tinham direito ao voto questionam se realmente deviam exercer seu direito no bojo de um sistema onde a fraude e a violência imperavam. A fraude e a violência não são méritos da República. Não são invenções republicanas. Mas, o novo regime não buscou resolver essas duas questões. Nesse sentido, a República brasileira em seus anos iniciais podia ser tudo, menos um regime baseado na vontade popular. Isso é um fato. Logo, não assusta um regime que não contou com um anseio popular demasiado, que foi imposto de cima para baixo, excluísse ao máximo a população das decisões políticas.

Até aqui, focamos na descrição de questões que são parte fundamental da História brasileira. No último capítulo do livro aqui supracitado, José Murilo de Carvalho retoma algumas interpretações que atores históricos da época realizaram a respeito da transição Império-República. Uma delas, cuja noção é parte do título do seu livro, é a polêmica frase do jornalista Aristides Lobo. Dizia Lobo que o povo assistiu à proclamação da República bestializado. A respeito disso, a primeira questão que podemos levantar é a seguinte: ele estava certo ou errado? Bem, não há uma resposta simples para uma questão tão complexa. Nos cabe aqui, então, um aprofundamento nessa questão. Ao invés de nos concentrarmos em responder essa indagação, façamos uma outra - quem de fato era o povo a que se referia Aristides Lobo? O que ele pensava dessa mudança política?

Anteriormente, nos detivemos em analisar que grande parte do povo era excluída do sistema político. Assim sendo, o povo buscava concentrar-se em outras questões da vida. Isso significa, assim, adjetivar o povo, mais particularmente os que residiam na capital, como um bloco monolítico, uma grande massa não pensante? Aqui, ressurgem os velhos atritos entre a elite e o povo. É sabido que os membros da elite buscaram manter seus privilégios, excluindo grande parte da população das decisões políticas. José Murilo reconhece que existe uma complexidade quando paramos para analisar estritamente quem era o povo, qual seu comportamento político. Diz Carvalho:

Como explicar esse comportamento político da população do Rio de Janeiro? De um lado, a indiferença pela participação, a ausência de visão do governo como responsabilidade coletiva, de visão da política como esfera pública de ação, como campo em que os cidadãos se podem reconhecer como coletividade, sem excluir a aceitação do papel do Estado e certa noção dos limites desse papel e de alguns direitos do cidadão. De outro, o contraste de um comportamento participativo em outras esferas de ação, como a religião, a assistência mútua e as grandes festas em que a população parecia reconhecer - se como comunidade (Carvalho, 2019 p.138).

Embora escape ao escopo deste trabalho por questão do recorte temporal, para além das críticas, interpretações que José Murilo faz do evento, um dos possíveis ensaios de resposta para as questões que colocamos: quem de fato era o povo? Consiste na análise que Carvalho faz da Revolta da Vacina<sup>2</sup>. Um segundo ensaio de resposta para a questão do povo reside no entendimento do passado colonial brasileiro, mais especificamente dos portugueses. Tendo sido o Brasil colonizado por um povo ibérico, herdou assim parte dos seus traços culturais. Nesse aspecto, aponta Carvalho que:

---

<sup>2</sup> Consultar o capítulo quatro do livro aqui supracitado.

A cultura ibérica estaria marcada pela ênfase na incorporação, na integração, na predominância do todo sobre o indivíduo, em oposição à cultura anglo-saxônica, que se caracterizaria pela ênfase na liberdade e na prioridade do indivíduo sobre o todo. (Carvalho, 2019, p.140)

Compreendemos que isso nos diz mais sobre as caracterizações gerais do povo, em marcas, influências do processo de colonização portuguesa até o presente (com presente, aqui nos referimos aos anos iniciais da República). Realizadas duas tentativas de resposta no sentido de pensar o povo carioca, seu presente e influências do passado, foquemos, seguindo a linha de argumentação de José Murilo, na cidade do Rio.

Se fosse possível definir a cidade do Rio de Janeiro em poucos termos, ou em um único, poderíamos nomeá-la como ambivalente. O Rio é um retrato, é parte fundamental da História brasileira. Em pouco tempo, o Rio, como o Brasil, passou por muitas transformações. Pensando apenas no âmbito político, um evento marcante na História do Rio é, sem sombra de dúvida, o estabelecimento, transferência do Reino português para a Colônia. Não nos cabe aqui um aprofundamento deste evento histórico. No entanto, é preciso levá-lo em consideração justamente por ele ter sido fruto de um outro evento histórico: a invasão de Portugal por Napoleão. Nunca esteve nos planos da família real portuguesa estabelecer-se em uma de suas colônias. Sem sombra de dúvidas, isso marcou a História do Rio, e por consequência, a do Brasil. Logo, o Rio de final do século XIX e início do XX é assim, um produto de escolhas e consequências de diferentes atores históricos. A cidade pode ser considerada complexa, ambivalente, por alguns motivos. A cidade da festa da penha, da festa da glória, do carnaval, do samba, é também a cidade onde, nos termos de José Murilo, não existia uma “comunidade política”; Como um mesmo povo pode ser ao mesmo tempo tão ativo e tão inativo? A exclusão de grande parte da população do sistema político explica? Ou isso também nos dá uma pista sobre a própria natureza do regime republicano?

Para além das discussões em torno da cidadania, um outro tema importante a ser analisado na transição Império - República é, sem sombra de dúvidas, a escravidão. Diferentemente da problemática em torno da cidadania, que passa do Império para a República, o fim da escravidão foi sendo resolvido, ao longo do Império, de forma paulatina. No livro *Africanos Livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*, a historiadora Beatriz Mamigonian descreve esse longo processo, focando sobretudo na trajetória dos africanos livres. De início, quem eram esses africanos livres? Livres em relação a quê e quem? Fazendo um pequeno retrospecto em relação ao recorte temporal

deste trabalho, a 7 de novembro de 1831 foi promulgada uma lei com o intuito de proibir o comércio de escravos no Brasil. Após a promulgação dessa lei, os escravizados a bordo de navios negreiros eram declarados livres. No entanto, essa liberdade era ambivalente, contraditória. Esses africanos, de acordo com Mamigonian, ainda tinham que cumprir “Quatorze anos de trabalho para alcançar a plena liberdade.” (Mamigonian, 2017, p.19). Concluído o retrospecto, o trabalho de Mamigonian ganha ainda mais relevância quando entendemos o fim da escravidão no Brasil como um longo processo. Nesse sentido, o 13 de maio de 1888 é o produto final de uma série de outras leis anteriores, como por exemplo a lei de 7 de novembro de 1831, e a lei mais conhecida como Eusébio de Queiroz, de setembro de 1850. Não desconsideramos aqui a importância dos movimentos abolicionistas e da pressão externa, sobretudo da Inglaterra, para a o fim do tráfico de escravos, inicialmente, e posteriormente a abolição formal da escravidão. Compreendemos que nenhuma dessas leis teriam sido criadas sem um conjunto de pressões, tanto externas quanto internas.

Voltando a José Murilo de Carvalho, em que pese o juízo crítico que ele faz a respeito da República brasileira, um ponto que nos cabe, nos interessa neste trabalho, consiste em determo-nos na natureza do novo regime. Não houve uma oposição sistemática à República. Paralelamente, ainda no Império, não temos registros onde possamos encontrar grande parte, ou mesmo parte significativa do povo, e aqui nos referimos não apenas ao povo da capital, mas ao povo brasileiro, no geral, ocupando ruas e praças para reivindicar a derrubada da monarquia. Isso significa dizer, assim, que uma grande parte do povo, nos anos iniciais da República, era monarquista? Não podemos precisar isso com clareza. Assim, todas as inferências que buscam dar conta de operar uma interpretação de muitas pessoas, como o povo, devem ser vistas com cautela. Ao colocar essas duas questões no seio da discussão aqui proposta, buscamos oferecer algum tipo de resposta a determinados problemas comuns à época, como a ausência de uma comunidade política. É sabido que o novo regime não contou com uma participação popular efetiva, mas, como já discutimos, também não contou com uma oposição sistemática.

Aristides Lobo, em frase polêmica, acreditava piamente que o povo assistiu o proclamar da República bestializado. José Murilo de Carvalho discorda de Lobo. Carvalho acreditava que o povo brasileiro não era bestializado, mas sim bilontra. O que seria um bilontra? Bilontra também significa malandro, espertalhão. Adjetivo pouco usual, bilontra também pode ser considerado um estereótipo atribuído aos cariocas. No entendimento de Carvalho, as atenções do povo estavam focadas menos no advento do novo regime, e muito

mais com outras coisas, como o exercício e sociabilidade propiciados pela religião, mas também com o preço das passagens de bonde, a carestia, a moradia e o emprego. Bilontra, assim é saber lidar com as contingências da vida prática.

Assim sendo, como pensar então os laços comunitários, provenientes sobretudo, no caso carioca, das festas religiosas e associações de classe? Pensando em termos morais, seria realmente esse comportamento, o de bilontra, justificável? Essa seria a tônica de grande parte do povo carioca? Salientamos anteriormente que buscar uma adjetivação específica para dar conta de interpretar um conjunto amplo de pessoas, grupos, cada um com suas idiossincrasias, pode ser algo que resulte em erros, inverdades. Arriscando cair na mesma questão instrumentalizada por Lobo e Carvalho, um exercício possível, no sentido de dar conta de uma explicação mais abrangente no que se refere ao povo, seria a de pensar o povo em sua heterogeneidade, complexidade, modos de ser e viver a cidade, o estado, o país.

No que diz respeito ao legado da cultura ibérica, Carvalho nos esclarece mais detidamente que *“Como observou Sílvio Romero, a cultura brasileira era de tradição comunitária, mas uma tradição já em crise. Em crise, podemos acrescentar, principalmente nas cidades e, entre essas, principalmente no Rio de Janeiro”* (Carvalho, 2019, p.145). Assim, podemos notar uma crescente diminuição de uma noção mais comunitária, em detrimento de uma noção mais individualista de mundo. Isso pode explicar o adjetivo empregado por Carvalho no que se refere ao povo do Rio.

Pensando em termos morais, mais detidamente se esse comportamento, o ser bilontra, seria justificável, haveria um ou mais motivos para os cariocas agirem assim? José Murilo aponta que *“parte do próprio poder e de seus representantes desenvolveram-se táticas de convivência com a desordem, ou com uma ordem distinta da prevista. A lei era então desmoralizada de todos os lados, em todos os domínios”* (Carvalho, 2019, p.150). Novamente, se tomarmos apenas essa linha de interpretação como válida, podemos inferir que havia certa legitimidade em ser bilontra.

Em meio a todo esse conjunto de críticas, compreendemos perfeitamente que nenhum sistema político é perfeito. Se recuarmos ao Império, com certeza haviam muitos problemas nessa relação Estado-povo. O ponto nevrálgico aqui discutido é o de entender que a República, os atores históricos republicanos, não resolveram uma série de problemas. O mais à deriva é a questão da participação popular efetiva na política. Assim, o povo busca se articular por outros canais, que passam ao largo da política institucional. Logo, pensar no sentido da construção de um projeto de País que tenha como base uma República

Federativa democrática, ao menos no Brasil de meados do século XIX para o XX, não foi mais que, citando uma peça do grande William Shakespeare, um sonho de uma noite de verão.

A noção de cidadania instrumentalizada por José Murilo não deve ser tomada como único mote de análise para o regime republicano. Enquanto o foco de Carvalho consistiu em analisar a capital da República, um outro historiador, Nicolau Sevcenko, toma como objeto de estudo o estado de São Paulo. Em seu livro *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, Sevcenko nos apresenta um panorama da cidade de São Paulo. Nos diz Sevcenko:

Essa polifonia arquitetônica e urbanística, que fazia de São Paulo uma cidade mirífica, meio exótica meio íntima, híbrida do convencional com o inusitado, do impostado com o imprevisto, fora antes o produto de múltiplas iniciativas incongruentes que de alguma ação orgânica ou sequer mediadora. Desde a abolição da escravatura em 1888, simultaneamente arruinando inúmeras fazendas em regiões de agricultura mais antiga e liberando vultosos capitais associados ao tráfico, criou-se um fluxo consistente de proprietários e trabalhadores procurando fixar residência na capital paulista} As graves convulsões econômicas que marcaram o início do regime republicano, de par com a crise aguda de preços externos e internos do café de 1897 a 1911, forçaram no sentido da paralisação do plantio e diversificação dos investimentos." O índice demográfico da cidade em 1908 atinge uma taxa de 415,8010 de crescimento em relação a 1890, ou seja, equivalente a 23% ao ano, contra a média de 11 % nos dezoito anos anteriores. (Sevcenko, 1992, p. 118)

Ou seja, embora o Rio de Janeiro sendo a capital da República, teve uma influência significativa na vida social e política do País, ao longo do início do Século XX São Paulo também ganhará peso e voz na vida brasileira. Seguindo o entendimento de Sevcenko, é em São Paulo, que surge uma primeira noção de cidadania mais ampla. Essa noção de cidadania não surge do acaso, aleatoriamente. Os dados apresentados por Sevcenko na citação anterior operam como forças de motivação para a tentativa de solucionar alguns problemas. Nesse particular, nos comunica Sevcenko:

Uma das primeiras e poucas figuras que tentou desarmar esse moto-contínuo de problemas e aflições que se multiplicam foi a pessoa ilustre do conselheiro Antônio Prado, no seu longo período como prefeito de São Paulo, de 1899 a 1910. Ex-monarquista, sem paixões republicanas, quando não desafeto mesmo de figuras dominantes da política paulista, sua administração tentou engendrar pela primeira vez a concepção da cidade como um todo orgânico, devendo produzir um efeito geral de incremento da qualidade de vida e se já não de desenvolvimento de uma consciência de cidadania, pelo menos esse seu requisito básico, a consciência de civilidade e urbanidade. Dotado de uma fortuna prodigiosa, procedente de suas fazendas de café, de hábitos e imaginação cosmopolita, o conselheiro procurou dar à sua administração o alcance demiúrgico da obra de um herói civilizador. (Sevcenko, 1992, p. 120).

Mesmo assim, ainda não pudemos circular com precisão como essa noção de cidadania pensada pelo prefeito Antônio Prado se materializou de fato na vida dos cidadãos de São Paulo. Mesmo não tendo tantas certezas assim, é inegável, a guisa de comparação, que os melhoramentos operados por Antônio Prado foram menos polêmicos que os levados a cabo por Pereira Passos, na capital da República. Julgamos importante citar mais uma vez mais Sevcenko:

Sua atuação como reformador urbano, contudo, não poderia ser dissociada de sua atitude pedagógica de se expor, a sós ou com membros da sua família, nos mais variados espaços públicos, assinalando como se fossem modelos vivos, a maneira adequada de se fruir com elegância e civilidade ambientes, logradouros e serviços de uma grande cidade. Tais apresentações ou desfiles constituíam sempre um ritual de efeito mesmérico sobre a população, conforme nos relata um cronista, tão notáveis eram o prestígio, o poder pessoal e a força simbólica concentrados na figura do Conselheiro. (Sevcenko, 1992, p. 121)

O que isso pode nos comunicar, no tocante a noção de cidadania no regime republicano? Podemos extrair daqui que em São Paulo havia uma consciência mais ampla de cidadania em comparação com o Rio de Janeiro, ou do Brasil como um todo? A princípio, o entendimento de cidadania operado por Carvalho anteriormente ganha uma flexibilização. Flexibilização essa tangível com o caso de São Paulo. Entretanto, não é possível tomar essas duas cidades como um retrato completo do Brasil. Da mesma forma que a queda da monarquia foi fruto de um processo, a própria República também foi processual. Como um processo histórico, entendemos que há ambivalências, contrariedades, avanços, retrocessos, mudanças. Uma das principais ambivalências trabalhadas neste último tópico residiu justamente na noção de cidadania. A própria História, não apenas a do Brasil, mas a de outras nações, têm suas contrariedades. A História é contraditória? Se tomarmos apenas e unicamente os casos do Rio de Janeiro e São Paulo na transição do Império para a República, podemos julgar que sim. A História pode ser contraditória porque é uma Ciência Humana. Um produto humano. E seres humanos são contraditórios pela própria natureza. Talvez isso seja uma bênção, mas também uma maldição.

*“Para trás, não há paz”*

Guimarães Rosa

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição do Segundo Reinado para a República continua a ser alvo de debates na historiografia brasileira. Um dos principais objetivos deste trabalho reside em contribuir, de forma singela, para esses debates. Em toda a discussão dessa mudança de regime, seja no Império ou no período republicano, é possível destacar um grande ausente: o povo brasileiro. No tocante ao Império, cabem alguns questionamentos: podemos afirmar que os intelectuais - políticos representavam, falavam de fato em nome do povo? Tinham legitimidade para tal? Ou na verdade sempre operaram em prol dos seus próprios interesses? Já na República, concluímos também levantando questões: Quantos brasileiros saíram à rua pedindo pela mudança de regime? Ou, melhor dizendo, quantos brasileiros saíram à rua pedindo a deposição da monarquia? Onde está o povo brasileiro, não apenas no proclamar, mas erigir um novo regime político brasileiro, isto é, a República? No Império, a noção de cidadania era entendida de forma limitada, restritiva. Essa situação não muda muito com o advento da República. Entendemos perfeitamente que o conceito de cidadania utilizado como referencial deste trabalho, instrumentalizado pelo historiador José Murilo de Carvalho, não deve ser tomado como único. Entretanto, é notório que a problemática em torno da cidadania passou do Império para a República. Nem foi resolvida no Império, e, muito menos, na República.

Ou seja, uma conclusão plausível é de que não há sistema político perfeito, nem mudanças históricas que não carregam um certo grau de contradição; Que o advento do regime republicano provocou um conjunto de mudanças, é inegável. Mas, também, houve permanências, como é o caso da questão envolvendo a cidadania. Por fim, mas não menos importante, qual seria então a relevância de uma discussão historiográfica como a aqui empreendida? O historiador tem dois papéis fundamentais: lembrar e esquecer. Façamos o exercício de lembrar. De lembrar da escravidão. De lembrar, relembra, o 13 de maio de 1888 como uma das datas mais importantes da história brasileira: A Abolição da escravidão. Sim, sabemos que a Lei Áurea não resolveu todos os problemas concernentes a séculos de escravidão. Hoje, em uma visão retrospectiva, e talvez mais sensata, se o dia 13

de maio de 1888 assinalou o fim da servidão no Brasil, para muitos, o dia seguinte, o 14 de maio de 1888 é visto como o dia nacional do desamparo, visto que a liberdade abruptamente restituída aos alforriados possuía na verdade um fundo fictício. Como ser livres possuindo apenas a roupa do corpo? Sem terra, sem trabalho, amontoados a esmo sem ter pra onde ir? E hoje fala - se insistentemente em resgate, como se fosse possível devolver a vida e a liberdade aos mortos. Haverá solução no futuro, mas o passado está encerrado. Como dizia Guimarães Rosa, que a seu modo foi um historiador: “Para trás, não há paz.”

## **Referências Bibliográficas**

ALONSO, Angela Maria. **Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Editora Companhia das Letras, 2019.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. 1992.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro**. Brasiliense, 1968.